

EXPRESSÃO

Ano 3 Número 20 Maio.2011

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br



O Grande REITOR

Em exibição em uma universidade perto de você

» Editorial

Liderar é mais do que agir, liderar é coordenar, apontar, avaliar, discutir, confiar. Liderar também é dividir responsabilidades. Liderar não é avançar à frente impondo a própria face a todas as adversidades, mas coordenar as ações, definir interlocutores, permití-los avançar, estar atento para discutir rumos e buscar soluções coletivas. Um bom líder é capaz de conhecer os

bons interlocutores para sustentar suas posições e negociar em seu nome. Mais, é inteligente para fazê-lo nas pautas e momentos mais propícios; com isso preserva-se e ao coletivo que representa. O maior líder percebe que suas concepções só fazem-no genial se em comparação a concepções distintas. Um bom líder sabe que representa um coletivo que, não importa o tamanho que tenha, não é

o todo da coletividade, não é todo o mundo. As experiências dos mais tiranos dos líderes mostraram que a pior ruína é o isolamento. Quando todos os inimigos estão abatidos e o mundo parece na mão, quando “o outro” parece aniquilado os maiores tiranos acabam “devorados pelos seus”. Os líderes vivos são protagonistas, os demais, apenas a história de quem conta.

Compensação de horas

Atenção servidor: Sua hora de trabalho fora do horário vale uma hora e meia.

O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Blumenau, neste caso não excluiu o servidor da FURB, garante que as horas extras sejam pagas com adicional ao valor da hora normal. Isto está previsto nos artigos 109 ao 114 da Lei Complementar 660/2007. Através do decreto 8612 de 2008, está regulamentada a conversão do pagamento em compensação de horas. O SINSEPEs salienta que em nenhum momento participou de qualquer negociação com a reitoria envolvendo a composição de banco de horas. No entanto a legislação acima citada implica na possibilidade imediata da instituição em aplicar, sem necessidade de regulamentação interna específica. Nossa tarefa é a de instruir os trabalhadores e cobrar da administração que os direitos constantes neste regulamento sejam garantidos aos servidores da FURB. A seguir, divulgamos um breve resumo dos principais pontos da legislação. Se você exerce atividades de trabalho fora do horário de expediente, a pedido da FURB, e não tem esses direitos garantidos, contate imediatamente o SINSEPEs.

No ESTATUTO:

O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança não faz jus ao pagamento de horas trabalhadas em regime de serviço extraordinário.

O valor da hora de trabalho realizada neste regime poderá ser compensado, a critério da Administração, por meio de crédito em banco de horas, conforme regulamento (Decreto 8612/2008)

No DECRETO:

Considera-se serviço extraordinário o que exceda a carga horária diária de trabalho e em fins de semana e feriados.

Compete aos titulares das unidades administrativas a convocação por escrito.

Se compensada em banco de horas, a hora de trabalho será paga na seguinte proporção:

- De segunda a sábado: Uma hora e meia.
- Em horário considerado noturno: Uma

- hora e três quartos.
- Em domingos e feriados: Duas horas.

O banco de horas será gerenciado pela Diretoria de Pessoal (nossa DGDP).

A apuração das horas será feita mensalmente pela chefia imediata.

O prazo máximo para compensação é de 12 meses após crédito das horas.

A unidade gerenciadora manterá quadro atualizado de horas compensadas e saldo por servidor.

Faltas ao trabalho poderão ser deduzidas do banco. Não havendo saldo, devem ser pagas em até 30 dias na proporção de uma por uma.

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau.
Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e edição: Leo Laps. Tiragem: 3.000 cópias. Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).
Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900)
Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br.
As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Acesse www.sinsepes.org.br e confira versões anteriores em PDF.

DIRETORIA SINSEPEs

Presidente: Tulio Vidor Vice-presidente: Ricardo Machado
Secretário-geral: Joni Júlio Evaristo 1ª Secretária: Laurete Maria Ebel Coletti
Tesoureiro: Luiz Heinzen 1º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra

Diretora de Assuntos Jurídicos: Ivone Fernandes Morcilo Lixa Diretora de Cultura: Mariana Freitas

Diretor de Comunicação: Carlos Alberto Silva Diretora de Formação: Nevoní Goretto Damo

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui e Décio Zendron (titulares), Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

COLABORE TAMBÉM COM O EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA! ENTRE EM CONTATO POR EMAIL (sinsepes@sinsepes.org.br) OU PELO TELEFONE 47 3321-0400

"Vamos alcançar o sábado livre"

Maiores sindicatos da América Latina, o SINTRAFITE (Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial) acaba de reeleger a primeira mulher que já presidiu a entidade em 63 anos de história. A Blumenauense Vivian Bertoldi começou a se envolver com o sindicalismo aos 29 anos, quando a Sulfabril, empresa onde trabalhava, declarou falência, no fim dos anos 1990. "Foi quando percebi a importância da

política para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores", relembra. Dois anos depois, em 2001, participou de sua primeira eleição sindical e se tornou secretária-geral do SINTRAFITE. Em 2006, Vivian se candidatou à presidência e venceu. A reeleição foi confirmada no último mês de março, após disputa tensa e apertadíssima (apenas 564 votos de diferença em um total de 10 mil) com Alcides Koch, funcionário da Karsten. Com

mandato garantido até 2016, a sindicalista quer manter o foco na luta pelo fim do trabalho aos sábados, garantindo dois dias de descanso para os trabalhadores da categoria. Também pretende politizar cada vez mais a base, recuperar perdas salariais históricas e valorizar mais as mulheres, que são a maioria (65%) dos 40 mil trabalhadores do setor na região de abrangência do sindicato.

SINSEPEs – Como você analisa a atuação do Sintrafite no seu primeiro mandato e qual deve ser o direcionamento desses próximos quatro anos?

VIVIAN BERTOLDI – Nos primeiros quatro anos, um dos maiores objetivos foi o sábado livre, que continua sendo uma luta muito grande. Para conquistarmos essa reivindicação da categoria é necessário muita conscientização e politização dos próprios trabalhadores. E este é um objetivo que nós vamos alcançar, porque já temos trabalhadores bem politizados, bem informados nos locais de trabalho. Avançamos também em reivindicações relativas às mães trabalhadoras, como o acompanhamento do filho ao médico: agora as mães podem acompanhá-los a uma consulta sem perder nada do seu salário.

SINSEPEs – Antes, este tipo de ausência era descontado do salário?

VIVIAN BERTOLDI – Sim, era descontado da folha de pagamento. O auxílio-creche também é muito importante: as mães trabalhadoras recebem esse benefício mesmo que não coloquem os filhos em creche. O dinheiro pode ir para alguém que cuida desse filho de forma particular, como uma vizinha, a sogra ou uma avó. Outra batalha muito grande nesses quatro anos, e que teremos que continuar, é a questão do piso salarial, que há alguns anos era livre e hoje ainda não representa o valor necessário para o sustento de uma família.

SINSEPEs – Quanto que é o piso?

VIVIAN BERTOLDI – Hoje é R\$ 750.

SINSEPEs – Como era o piso livre?

VIVIAN BERTOLDI – No final da década de 90, a gestão do Sintrafite assinou, em negociação com o sindicato patronal (SINTEX), o piso livre: as empresas passaram a poder pagar apenas o salário mínimo aos trabalhadores. Antes, nós tínhamos um piso que era acima do mínimo. Com a entrada do piso livre, o empregador passou a pagar menos aos trabalhadores. Isso ocorreu até 2003, quando o sindicato conseguiu anular o piso livre. Mas foi um período de grande perda salarial, ainda não recuperada.

SINSEPEs – Você citou duas causas diretamente ligadas à mulher: o acompanhamento dos filhos ao médico e o auxílio-creche. Em uma entrevista publicada recentemente, você falou da grande quantidade de mulheres que trabalham no setor e do machismo no ambiente de trabalho. Gostáramos que você falasse mais sobre isso.

VIVIAN BERTOLDI – Essa é uma das grandes dificuldades das mulheres da nossa categoria: avançar dentro da empresa por melhores cargos.



Foto: Leo Laps

Geralmente, os homens são os supervisores. Uma encarregada, uma auxiliar-líder, dificilmente chega a ser uma supervisora. Mesmo com muitas mulheres nos locais de trabalho que entram com um grau de instrução pequeno e vão se valorizando, estudando, chegam à universidade, fazem cursos de aperfeiçoamento, ainda contrata-se muitas pessoas de fora da empresa para cargos de supervisão, de gerência e direção. Nós hoje temos no sindicato um grupo de mulheres que se reúne mensalmente, e neles se consegue visualizar o quanto é necessário valorizar as mulheres e o quanto falta de informação para elas. Os grupos servem de motivação para buscar isto.

SINSEPEs – Quanto ao sábado livre, por que é tão importante a politização do trabalhador? Seria para contrapor o discurso patronal dos problemas de produtividade que a diminuição da jornada de trabalho supostamente traria?

VIVIAN BERTOLDI – Eu acredito que a politização é importante para que os trabalhadores tenham consciência cada vez maior da luta pelos seus direitos. Quem está dentro de uma fábrica, trabalhando oito horas por dia ou até mais, está acompanhada o tempo todo pelas suas chefias, por pessoas que estão trabalhando em prol do crescimento cada vez maior da empresa. Mas não há uma orientação quanto aos direitos trabalhistas. Exemplo é o sábado livre: a gente faz assembleia em porta de fábrica, nossos informativos são muito direcionados à questão, e aí a gente já sente um retorno.

SINSEPEs – Qual o grande argumento à favor do sábado livre? É a saúde, a qualidade de vida, o tempo para o lazer?

VIVIAN BERTOLDI – Hoje, dentro dos locais de trabalho, com o trabalho que o sindicato vem realizando, nós já notamos que os trabalhadores estão, aos poucos, se conscientizando, e aos sábados a produção já é bem menor. Tanto que já tem empresa querendo conversar sobre isto, porque os trabalhadores estão mostrando o que desejam dentro dos locais de

trabalho: eles estão diminuindo sutilmente a produção. Em certas empresas, o sábado virou dia de limpar maquinário, de arrumar algum defeito das mercadorias. Os próprios trabalhadores já estão fazendo o sábado livre acontecer aos poucos. É importante que os trabalhadores tenham dois dias livres de lazer, seja pra ficar com a família, seja pra ficar em casa sem fazer nada, é importante para a saúde do trabalhador. Muitos levam bastante tempo pra se locomover até o local de trabalho, e ao trabalhar meio período aos sábados acabam perdendo o dia todo, na verdade. As mulheres nos cobram muito o sábado livre, para que possam estar mais com os filhos, que possam ter mais tempo para orientá-los. Os empresários não conseguem ver este lado, mas vão acabar percebendo que será melhor para todos.

SINSEPEs – Fala-se muito da falta de mão de obra no mercado, da falta de qualificação, do excesso de vagas não preenchidas. Sempre culpando o trabalhador. Como vocês trabalham isso?

VIVIAN BERTOLDI – Dentro da indústria a mão de obra qualificada está cada vez mais escassa. Não há qualificação desses profissionais nos locais de trabalho, as empresas hoje não investem mais: elas querem que o governo ou até o próprio sindicato o faça. Mas o papel do sindicato não é este. Se as empresas querem trabalhadores qualificados, elas próprias tem de atuar nisto.

Mas o principal problema é salário e condições de trabalho. Nós temos uma pesquisa do sindicato que mostra que um trabalhador com idade entre 18 a 29 anos permanece, no máximo, nove meses em uma empresa têxtil. A rotatividade, principalmente dos jovens, é muito grande. Ele vai para a indústria e, quando vê que não há uma perspectiva de crescimento naquele local de trabalho, acaba procurando outro onde ele possa crescer. E há também as más condições de trabalho. Hoje, trabalhando no comércio, você tem acesso a várias pessoas, você tem uma liberdade, e as pessoas estão buscando bem-

-estar no emprego. Dentro da indústria têxtil, as pessoas estão em um único espaço de trabalho, em uma máquina, em uma função específica, fazendo um movimento muitas vezes repetitivo durante oito horas diárias. Ela não pode conversar com outras pessoas, discutir outras situações a não ser especificamente o seu trabalho. Nós trabalhamos também a questão do assédio moral dentro dos locais de trabalho, como a exigência da produtividade, que é imensa. Onde antes havia dez pessoas trabalhando, hoje há cinco, e estes precisam gerar a mesma produção que dez faziam. No nosso primeiro mandato, combatemos muito o assédio moral. E tivemos muitos resultados positivos: empresas foram processadas, muitos trabalhadores receberam indenizações – que, claro, não recuperam aquilo que o trabalhador sofreu. Mas ao penalizar as empresas nós coibimos isto.

SINSEPEs – Para encerrar: as últimas eleições foram marcadas por processos muito tensos e uma constante cobertura da imprensa local. Como você avalia todos esses aspectos?

VIVIAN BERTOLDI – Foi um processo muito difícil. A diferença (de votos) foi mínima, para uma categoria do tamanho da nossa. A cobertura da mídia, de uma certa forma foi grande, mas ela teve um direcionamento também. Não sei se é porque nós sempre trabalhamos mostrando o quão importantes são as greves, a mobilização dos trabalhadores. Nós sempre trabalhamos muito junto ao Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau, com vários sindicatos da cidade, sempre batalhando para melhorar a vida dos trabalhadores, de qualquer categoria que seja. E isso muitas vezes traz uma certa indignação na mídia, que é muito conservadora aqui. Não se deu muito espaço para o debate das questões.

SINSEPEs – Se falou mais do salário do presidente, por exemplo.

VIVIAN BERTOLDI – Da questão político-partidária, da questão salarial.

SINSEPEs – Se, por você ser filiada ao PDT, o partido teria influência no SINTRAFITE...

VIVIAN BERTOLDI – Isso mesmo. E se deixou de trabalhar a questão da luta dos trabalhadores, das propostas em si. Quando íamos para qualquer entrevista, as propostas não eram valorizadas, e acabavam até sendo minimizadas devido ao espaço das próprias publicações e programas. Foram poucas as vezes em que fomos à mídia fazer o debate entre as duas chapas colocando propostas e discutindo as dificuldades dos trabalhadores.

diversas

"Como funciona a sociedade"

O Centro de Ciências Sociais da FURB trará no dia 4 de junho o curso "Como funciona a sociedade I", do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Os temas tratados pelo palestrante Dalton Luiz Menezes Reis, mestre em Educação pela UFSC, serão:

1. A sociedade em que vivemos
2. A essência desta imensa desigualdade
3. A exploração capitalista: salário mais-valia e acumulação
4. Estado e ideologia.

O encontro será sábado, 4 de junho, das 9h às 18h, na sala D-004, Campus I da FURB. Inscrições pelo e-mail: goethe.marx@gmail.com.

Saiba mais sobre o 13 de Maio em www.fnm13demaio.net/jfmm/

Audiência sobre bullying em Blumenau

No dia 18 de maio, às 15 horas, ocorrerá uma Audiência Pública para discutir a política antibullying nas instituições de ensino municipais. Convocada pelo vereador Vânio Salm, a audiência terá espaço no plenário da Câmara de Vereadores. Dia 9 de maio, o programa Cidadania em Debate, do Sinsepes, exibiu um programa com o vereador Vânio e o cientista social Josué de Castro para debater a "Política Municipal e atenção anti-bullying". Quem perdeu o programa na FurbTV pode assisti-lo na página do sindicato (www.sinsepes.org.br), acessando o link "Vídeos".

Barbárie gera barbárie que gera barbárie...

Depois de passar 10 anos gastando 1,2 trilhão de dólares (que ajudaram a emburacar de vez a população do país em dívidas e desemprego), o aparato militar da superpotência Estados Unidos finalmente conseguiu! Osama Bin Laden está (oficialmente) morto.

Mas para que o clima de festa que tomou o noticiário e as ruas dos Estados Unidos pudesse acontecer, houve mais que dinheiro em jogo. Segundo o site independente <http://icasualties.org/>, a celebração de vingança tardia pelo ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2011 custou a vida de

2446

juvêns soldados aliados na Guerra do Afeganistão - fora os milhares de cidadãos afegãos mortos ou exilados. É quase o mesmo número de pessoas que morreram durante os ataques de 11 de setembro. Quanto vale uma vida, e quantas vidas valem essa vida? O que se festejou, afinal?

Para o Nobel da Paz Barack Obama, o óbito de Bin Laden valeu 11% a mais de popularidade às vésperas das eleições presidenciais dos Estados Unidos. Pelo jeito, Hollywood convenceu de vez os norte-americanos de que, morto o grande vilão, só resta o final feliz. Pelo menos até o próximo episódio.

Não mexa com meu xodó: o protesto dos combustíveis

Chega a ser cômico o protesto dos proprietários de automóveis a respeito do reajuste de combustível. A classe média brasileira, normalmente tão avessa a qualquer tipo de protesto, reage com dentes cerrados quando o xodó do conforto individualista é ameaçado.

Que tal aproveitarmos este sopro de cidadania para reivindicarmos conforto e redução de preço no transporte coletivo? Calçadas planas para os pedestres, ciclovias e ciclofaixas em todas as ruas da cidade? Sem falar nas melhorias na educação pública, saúde, reforma agrária etc, etc, etc, etc.

PSD e suas máscaras

Já que o social incomoda e faz barulho, poderíamos tirar esta palavra do PSD. Ficariamos somente com a democracia dos DEM. Mas democracia dá muito trabalho porque tem que lidar com estas "coisa do povo" e permitir expressão de todos, socialização das riquezas etc. O melhor seria tirarmos a palavra democracia e ficaríamos somente com uma frente liberal.

Mas, liberal no Brasil não dá para ser somente em temas econômicos, já que o fisiologismo é uma regra nacional. A saída é voltar para a identidade primeira e mostrar a verdadeira face: ARENA. Só uma Aliança Renovadora Nacional, que viveu lavando a roupa suja dos militares, expressa a verdade deste grupo político que hoje troca constantemente de máscara para esconder o seu passado.

**Palmas para o STF**

Após décadas da aprovação da Constituição Federal de 1988, finalmente o STF regulariza o Artigo 5 da Carta Magna, que afirma: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade [...]". A decisão tomada pelo Supremo no dia 05 de maio reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo como uma entidade familiar.

Cadê o DCE?

Na reunião do Consuni do dia 5 de maio foi aprovada a proposta para a política de recuperação de mensalidades atrasadas, apresentada pela administração da Universidade. Apesar do tema interessar, e muito, a alunos e ex-alunos, o DCE não participou da reunião.

\$iga nos roubando

Mais um aumento previsto para o transporte público em Blumenau. A passagem, que já é cara, deve ir para R\$ 2,75, com o argumento de acompanhar a inflação do período. O prefeito João Paulo ainda precisa tomar a decisão sobre o preço final. Mesmo que o aumento seja legal, sob a ótica dos responsáveis pela prestação do serviço, é no mínimo contrassensual a Administração investir em corredores exclusivos e ao mesmo tempo aumentar a tarifa.

Alô JPK: que tal criar uma política de subsídios públicos para diminuir o preço da tarifa ao usuário?

Complexo Integrado de Saúde: da idealização à possível implantação

POR GILBERTO EDER DE OLIVEIRA JUNIOR E JANARA RIBEIRO, membros da Comissão Acadêmica Pró Hospital Universitário

O Complexo Integrado de Saúde FURB foi idealizado na segunda metade dos anos 1980 pela comissão de implantação do curso de Medicina, que antecipava a importância de mais uma unidade hospitalar na região do Médio Vale do Itajaí. Composto por um Ambulatório Geral, um Hospital Universitário (HU) e um Hospital Veterinário, tinha o objetivo concentrar serviços correspondentes aos cursos da área da Saúde da Universidade. Anos se passaram e, em 1998, a comunidade regional voltou a se mobilizar pela construção de um hospital regional, resultando na formação de um grupo integrado por associações de moradores, clubes de serviços, políticos e empresários da região.

A FURB assumiu o compromisso de viabilizar um projeto técnico para o novo complexo hospitalar, que incluía a escolha de um terreno para a construção. O Campus V, no bairro Fortaleza, próximo à BR-470, foi adquirido para viabilizar o projeto piloto e o plano diretor do HU. O repasse de verbas começou em 2001 através do Fundo Nacional de Saúde. O recurso, no entanto, foi utilizado apenas três anos depois. As obras duraram dois anos, priorizando a construção de um pronto atendimento com setor de imagens, que não foi concluído.

Os anos de 2006 a 2010 foram marcados pela busca (sem resultado) de financiadores parceiros ao melhor modelo de gestão do local, o que estagnou as obras durante todo o período. A partir de uma visita às obras no final de 2009, acadêmicos da 26ª turma do curso de Medicina levantaram questionamentos sobre a possível finalização do Complexo de Saúde FURB e o reflexo disto na vida dos acadêmicos da Universidade.

Atuando na divulgação da situação do Complexo, em especial do HU, a representação acadêmica manifestou desejo de lutar pela implantação dos serviços propostos inicialmente. Acadêmicos dos cursos de Farmácia, Psicologia, Enfermagem e Medicina uniram-se na busca por respostas e esclarecimentos, realizando uma discussão sobre a importância de um HU. Formou-se, a partir disso, um comitê de estudantes em prol da implantação do Hospital Universitário.

A Comissão Acadêmica Pró-HU iniciou suas atividades em abril de 2010, tendo como missão exigir de nossos gestores a responsabilidade na busca pela construção do Complexo Integrado de Saúde FURB para que este seja um centro de excelência em assistência, ensino e pesquisa, trabalhando de forma integral e visando a participação de toda comunidade nesta luta!



Em meio às lutas para viabilizar o Complexo de Saúde, no início de 2011 a FURB foi incluída no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados (CADIN), do setor público federal, devido ao não cumprimento do contrato de funcionamento do Complexo de Saúde. Na situação de inadimplente junto ao CADIN, a Universidade passou a correr risco de não receber verbas federais que, hoje, mantém o custeio de projetos de pesquisa e extensão. O prazo para negociação da dívida chegava ao fim, exigindo uma

A discussão não pode ficar restrita às salas do Centro de Ciências da Saúde. Deve, sim, fazer parte das conversas de cantina, dos encontros nos bancos e pátios, nos eventos realizados dentro e fora da Universidade, nas reuniões acadêmicas

A atual gestão da FURB optou pelo reconhecimento da dívida e, após negociação direta com o Banco Central, 90 dias foram conquistados para que as obras pudessem ser terminadas. A partir disto, uma força tarefa foi montada, liderada pela reitoria, para vencer o desafio no prazo estipulado. A perspectiva é que as obras fiquem em junho, quando o tão sonhado Complexo de Saúde deve dar os primeiros passos, a partir de um Hospital Dia, com serviços de imagem e pequenas cirurgias. Todavia, a busca por novos recursos para a efetivação do Complexo de Saúde continuará na pauta acadêmica.

Após um ano de trabalhos, o Comitê conta com a participação ativa dos centros acadêmicos de Enfermagem, Nutrição, Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Farmácia, Educação Física, Arquitetura, Direito e Pedagogia, além de parceiros como o SINSEPEs e o Núcleo Jovem da Associação de Micro e Pequenos Empresários de Blumenau (AMPE). Desenvolver atividades de pro-

moção, proteção e recuperação da saúde da população; estimular e promover o ensino, pesquisa e extensão; proporcionar o desenvolvimento de tecnologias assistenciais, educativas e operacionais são os principais objetivos defendidos pela Comissão para se desenvolver no Complexo de Saúde.

A realidade quantitativa de produções científicas pela FURB mostra-se abaixo da média esperada, principalmente diante do alto potencial humano mostrado por acadêmicos e professores da Instituição. Estar em contato diretamente com um sistema de ensino prático gera a necessidade, por parte de acadêmicos, professores, incentivadores e investidores, de se desenvolver mais atividades de pesquisa e extensão.

Inúmeros são os motivos que fundamentam a luta em prol do HU. A possível ampliação das obras para um centro de traumatologia e emergência pode ser uma saída para a resolução dos problemas de atendimento na BR-470 e BR-101 e o desafogamento destes serviços nos hospitais da cidade. A situação geográfica deste é favorável nos casos de enchente, pois proporcionaria uma saída caso os outros passassem por situações de alagamento. Proporcionar a investigação de casos mais complexos em um hospital-escola pode levar ao desenvolvimento de centros de referência em saúde e avanços no atendimento à população.

O grande desafio encontrado, até então, é a busca por financiadores para a manutenção do HU. A preocupação com a gestão eco-

nômica do futuro hospital continua fazendo parte de nossa realidade. Em contraposição, existe a urgente necessidade para retirar a FURB do CADIN. A comissão defende que o planejamento econômico deve ser tratado com responsabilidade para não levar a FURB a um estado deficitário. Esta é uma discussão que deve ser ampliada diretamente com nossos gestores.

Outra preocupação é com a forma operacional do serviço que será implantado. Todos os cursos da saúde e de outras áreas devem ser incluídos no novo sistema de ensino que deve se formar. Por isso a importância da atuação direta de representantes acadêmicos nas discussões atuais, defendendo uma assistência de saúde multidisciplinar.

A discussão não pode ficar restrita às salas do Centro de Ciências da Saúde. Deve, sim, fazer parte das conversas de cantina, dos encontros nos bancos e pátios, nos eventos realizados dentro e fora da Universidade, nas reuniões acadêmicas. A comunidade furbiana ainda não está preparada para conviver com a realidade de um Hospital Universitário, assim como a toda a comunidade de Blumenau e região.

O movimento estudantil pró-HU busca a concretização de um desejo, em que o trabalho, o respeito e a união de todos em um único interesse, que é a construção das obras do Complexo Integrado de Saúde, são a base do processo. Defende, porém, que a população acadêmica não deve arcar financeiramente, a partir das mensalidades, com o complexo. O equilíbrio econômico da universidade também não pode ser prejudicado pela manutenção de um HU. O movimento defende, sim, que novos meios devem ser buscados para o custeio e manutenção dos serviços. Também defende que todas as tomadas de decisões sejam realizadas de forma crítica e democrática. A participação acadêmica conquistada não pode ser desvalorizada, mas ampliada, para que possamos nos sentir, verdadeiramente, sujeitos desta Instituição na busca pela finalização das obras do Hospital Universitário.

Participe desta luta!

As portas do Comitê encontram-se abertas para quem se interessar em levantar esta bandeira. Faça contato através do endereço euquero@hu.com ou euquero@gmail.com. Visite o site www.huequero.net!

Relato de Viagem: Índia



Há muito tempo são construídos olhares sobre o Oriente. Podemos dizer que o próprio Ocidente inventou-se através destes olhares. Inicialmente, foram pelos olhos e as cruzes dos navegadores e conquistadores. Depois, pelas baionetas e trilhos de ferro dos colonialistas e, agora, pelas lentes objetivas dos turistas. Estes últimos, desde os anos 1960, não cessam em buscar alguma explicação existencial nas diferentes filosofias orientais. Para aqueles que buscaram conhecer a Índia, os sentimentos sempre foram ambíguos e simplificadores: vão

do desprezo à idealização do exotismo. Mas, atualmente, com o investimento midiático sobre o tema, o desprezo parece estar silenciado e as simplificações do exotismo se disseminaram com muita intensidade. São muitos os que diariamente buscam uma Índia serena e contemplativa – mística. Esta Índia procurada também se torna possível através da apropriação e reelaboração de distintos elementos culturais e religiosos. Esta é a Índia contemporânea: um lugar que se apropria do seu próprio passado e possui a capacidade de reinventar-se cotidianamente

POR RICARDO MACHADO, professor do Departamento de História e vice-presidente do SINSEPEs



Os templos, a vida e a imagem em Khajuraho

Já estávamos há quase um mês na Índia quando chegamos a Khajuraho. Depois do pôr do sol em Darashala, das multidões em Mumbai, da beleza do Taj Mahal em Agra, do nascer do dia no Rio Ganges, em Varanasi, achávamos que nada podia mais nos impressionar. Mas Khajuraho nos impressionou e demonstrou que na Índia há muitos mundos dentro de um só país.

Khajuraho é uma pequena cidade no estado de Madhya Pradesh, que atrai muitos visitantes pela existência de grandiosos templos que são

popularmente conhecidos como “templos eróticos”. Ao conhecê-los, a primeira coisa que veio à minha cabeça é de como esta forma de chamba é empobrecedora e diz muito pouco sobre a sua grandiosidade. Os templos não são eróticos, apesar da sedução, do amor e das relações sexuais serem temas presentes dentro as milhares de esculturas que compõem sua estrutura.

Logo que desembarcamos na estação de ônibus, dezenas de ho-

mens nos abordaram oferecendo moradia, transporte e, em grande medida, livros e postais com imagens dos templos. Com alguma insistência, logo conseguimos seguir em um riquixá até uma pequena pousada que ficava próximo do eixo monumental. Nos poucos dias que ficamos muitos destes homens já nos conheciam e não insistiam mais com suas ofertas. Depois é que pudemos compreender: a cada visitante que chegava, o procedimento de abordagem era sempre os mesmo, em alguns casos, dezenas de indianos andavam como enxames em volta de homens brancos de chapéu panamá e meias brancas. Assim como nós, estes homens buscavam ver e, sobretudo, registrar imagens de Khajuraho.

Os templos de Khajuraho são obra da dinastia dos Chandela, que teve seu apogeu entre 950 e 1050. Já foram mais de 80, mas hoje restam somente 22 espalhados em três regiões distintas pela cidade. Além de local de visitação turística, são também locais de culto para o bramanismo (hinduísmo) e para o jainismo. Após a

decadência da dinastia, os templos viveram escondidos sob a vegetação até que viajantes e colonialistas europeus os reencontraram no século XIX imersos na vegetação. Desde então, os templos de Khajuraho não cessaram de seduzir o mundo por sua beleza e sensualidade, desprovida do sentimento de pecado. Nada mais sagrado do que estas pedras que gozam e que celebram a vida e o amor. Entre as estátuas há deuses. Há homens e mulheres tocando instrumentos musicais e fazendo oferendas. Há delicadas imagens femininas em situações cotidianas: na posição de dança, sonhando ou até mesmo tirando um espinho do pé. Postas lado a lado, se agigantam numa composição que parece se repetir infinitamente em direção ao céu. Junto destas delicadas imagens, há outras que fazem referência a atos sexuais, muitas vezes em grupo, cópulas com animais e até mesmo imagens escatológicas. Nos adornos que cobrem o lado de fora das torres misturam-se o sagrado e o profano, o puro com o impuro. Dentro dos templos, que ainda hoje são locais de oferendas e oração, não há qualquer estátua que faça referência à sexualidade. É como se as experiências da carne precisassem ficar do lado de fora.

Na ocasião, encontramos um senhor indiano que insistia em nos apontar as estátuas com imagens sexuais com uma mistura de vergonha e desprezo. É a prova de que sociedades lidam de formas muito distintas com seu corpo em cada momento histórico. Afinal, como no século X era possível erigir templos com imagens tão sedutoras e, hoje, as mesmas são vistas em tom de moralismo? Khajuraho nos ensina sobre um outro corpo, para além da biologia. Khajuraho coloca o corpo em sua origem baixa, fruto de sua historicidade.

Os templos não são eróticos, apesar das relações sexuais serem temas presentes dentro as milhares de esculturas (Fotos: Ricardo Machado)



Vilarejo de Khajuraho

Havia uma outra Khajuraho que ficava fora do circuito dos templos. Alugamos bicicletas para percorrer as regiões vizinhas e fugir das rotas extremamente turísticas. Já nas primeiras pedaladas, surgiu um menino indiano que corria ao meu lado e insistia em ser nosso guia. Bastou eu acenar positivamente para em segundos ele estar sentado na barra da minha bicicleta. Sua companhia acabou sendo fundamental, pois com ele, pudemos conhecer o vilarejo antigo que ficava a poucos minutos dos templos. Ali, longe dos turistas, é onde a vida cotidiana se desenrolava. Um homem idoso lia em frente a um pequeno templo hindu, algumas crianças jogavam bolinhas de gude na rua, outras se balançavam em uma rede improvisada enquanto mulheres passavam carregando água. Com a ajuda do menino, pudemos conhecer sua pequena escola, onde os meninos e meninas sentavam-se disciplinadamente no chão de uma sala com pouca iluminação.

A bela Khajuraho também sofria. Na medida em que percorríamos as estradas percebia que o leito dos rios estavam todos secos. Passávamos pelas pontes de onde não avistávamos nenhuma gota de água. Em alguns pontos do vilarejo haviam fontes, onde meninos e mulheres bombeavam água para suas casas. Fazia meses que não havia chuva na cidade, e por isso, a vida se estiolava.

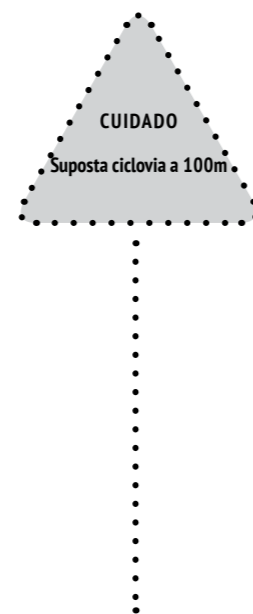
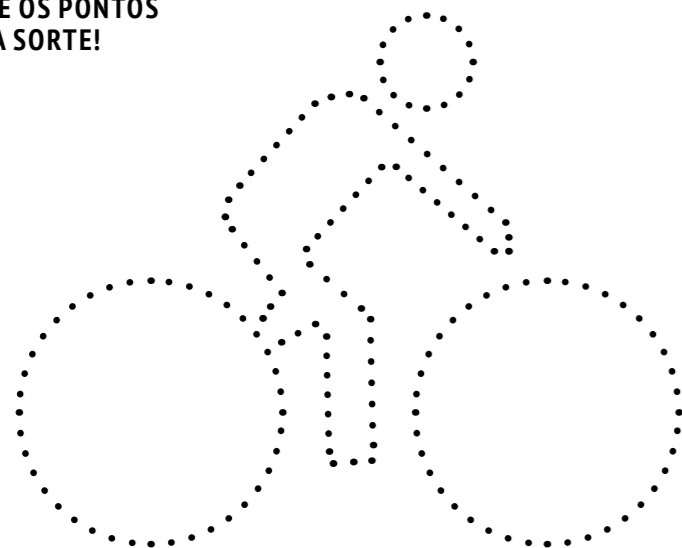
Após percorrer o vilarejo entendemos a importância dos templos para Khajuraho. Seu culto e conservação ultrapassavam sua dimensão religiosa ou a possível conexão de uma comunidade com seu próprio passado. Hoje o vilarejo depende muito da sedução que os templos exercem no mundo todo. Hoje os templos são também mercadoria. Em um mundo onde a paisagem fetichizada é souvenir, a imagem é a nova especiaria a ser negociada.



Do alto, em sentido horário: a vida cotidiana no vilarejo de Khajuraho; meninos jogando bola de gude; a pequena escola local; garoto buscando água em uma fonte; idoso lendo em frente a um templo hindu (Fotos: Ricardo Machado)



JUNTE OS PONTOS
E BOA SORTE!



O faz de conta da mobilidade em Blumenau

Uma análise das medidas do poder público no setor de mobilidade revela falhas, abandono e falta de compromisso com ciclistas, cadeirantes e pedestres

POR CARLOS R. PEREIRA, historiador e ciclista, autor do blog bicicletasdovalle.blogspot.com/

O programa de aluguel de bicicletas públicas foi cancelado em Blumenau no início de 2011 sob o argumento de que a burocracia para se cadastrar e utilizar o serviço estaria impedindo o crescimento do número de usuários. Concorro que este possa ser um dos motivos, mas sistemas parecidos são usados em diversos lugares e não por isto foram abandonados – inclusive, estão recebendo incentivo. Um exemplo está no Rio de Janeiro, que curiosamente usa o mesmo programa e está aumentando seu sistema cicloviário, ampliando o número de estações e integrando o aluguel das bicicletas a outros modais de transporte.

Em Blumenau, de fato, o maior motivo foi o desinteresse político: poucas e mal posicionadas estações, raros incentivos e a inexistência de um verdadeiro sistema cicloviário. Há muito se vem falando na esfera pública em implantar mais de 140 quilômetros de ciclovias interligadas na cidade, mas após uma década não temos ainda nem 50 quilômetros; estes se constituem aos pedaços, sem ligação segura entre eles nem manutenção adequada.

Constatamos a falta de um plano cicloviário de longo prazo, com a construção de “ciclovias” sem o mínimo critério ou acompanhamento de técnicos interessados e competentes. Os maiores interessados, os ciclistas, não são ouvidos.

A construção de ciclovias importantes são impedidas em nome de um aparente bem estar econômico de alguns comerciantes, que na verdade poderiam ser os maiores beneficiados com o aumento de fluxo de ciclistas em frente a seu estabelecimento, já que estes transitam de forma mas lenta e, portanto, tem mais facilidade em perceber determinadas lojas.

Mas o problema não se resume

apenas aos acessos cicloviários. Os planos de mobilidades, infelizmente, não tem continuidade, não contemplam por completo as pessoas. Atualmente, o carro está perdendo um pouco de espaço para os ônibus através dos corredores exclusivos. A frota de ônibus com acessibilidade cresce aos trancos e barrancos por conta de leis federais, mas calçadas e ciclovias estão sendo vítimas de engodos. De que adianta um ônibus com acessibilidade se o cadeirante não tem como se locomover nas calçadas? De que adianta uma calçada compartilhada se esta não dá segurança para o uso de pedestres, cadeirantes e nem ciclistas?

As calçadas compartilhadas são um caso a ser revisto. Este tipo de acesso cicloviário tem que ser muito bem planejado, muitas vezes com o alargamento da calçada, para que não haja perda para o pedestre. Acima de tudo, necessitam de um sistema de sinalização eficiente. Um caso já existente é a calçada da Beira Rio – no trecho entre a Ponte Adolfo Konder e a prefeitura municipal – que foi alargada, mas que nunca teve seu projeto finalizado. Os postes na parte destinada aos pedestres (pavimentos cinzas) prejudicam o deslocamento, forçando os mesmos para a parte dos ciclistas (pavimentos vermelhos). A sinalização que informa sobre as áreas preferenciais são escassas, boa parte da população nem sabe que ali há uma ciclofaixa. Os rebaixos das calçadas estão errados, não são rentes à via, deixando um desnível, prejudicando o acesso de ciclista e cadeirantes. Atualmente, a prefeitura está fazendo a segunda parte da reurbanização da Beira Rio. Mas os erros da primeira parte não foram sanados e alguns deles estão sendo repetidos.

Já a marcação nas calçadas da Rua Sete de Setembro vai contra uma mobilidade eficiente. As marcações da ciclovia em alguns pontos não têm 1

metro de largura, espaço mínimo necessário para ser usado por um ciclista de acordo com o Ministério das Cidades – que recomenda um mínimo de 1,20 metro para ciclofaixas em sentido unidirecional. No caso da Sete, a marcação com as duas linhas vermelhas mudam conforme a calçada, não foram feitos acessos adequados para ciclistas e cadeirantes, há locais em que o espaço não é suficiente para que uma bicicleta e um pedestre passem lado a lado. Da forma que foi feita, a ciclofaixa elimina a principal vantagem da bicicleta: a sua agilidade no meio urbano.

Já as novas marcações com pavimentos da reurbanização da Rua Sete, próximo ao cruzamento com a Floriano Peixoto, tem trechos de 1 metro e 1,10 metros, abaixo do mínimo recomendado para uma ciclofaixa unidirecional. As marcações de travessia de via já pintadas de vermelhas sobre as faixas de pedestre colocam o ciclista em situações de colisão com placas, boca de lobo, meio fios, sinaleiros e canteiros.

Em outras parte da cidade a mobilidade de ciclistas, pedestres e cadeirantes é prejudicada pela falta de manutenção e fiscalização das calçadas – isto quando há calçada. Em áreas onde há ciclovias ou ciclofaixas, a falta de calçadas em bom estado, área segura para pedestres e cadeirantes, faz com que estes optem por usar as áreas destinadas à bicicletas. Exemplos ocorrem nas ruas 25 de Julho (Itoupava Norte), Antônio Treis (Vostard), entre muitas outras. Invertendo o problema, mas motivados pela mesma causa – falta de segurança –, os ciclistas invadem as calçadas, já que não são respeitadas na via pelos condutores de carros, ônibus e motos.

Muitas áreas cicláveis foram construídas com descaso dos órgãos públicos responsáveis. Se alguém passar pela Rua Prof. Hermann Lange, no Fidélio, verá uma obra feita sob supervisão da administração municipal, onde há postes, placas, ausência de rebaixos, pontos de ônibus, desníveis, bocas de lobo e muitas outras barbaridades que inviabilizam tanto a calçada e a ciclofaixa como locais seguros.

Infelizmente parece que, quando se fala em plano de mobilidade,

a administração blumenauense vem há tempos fazendo “um faz de conta”. Planos de mobilidade que não abrangem por completo a busca de uma cidade mais humana e coletiva, única solução para os problemas gerados pela individualização dos meios de transporte.

: Pedal com obstáculos



Na Rua 25 de Julho, a ausência de calçadas transforma ciclofaixa em lugar inseguro para pedestres e ciclistas



Na Sete de Setembro, o ciclista precisa estar atento para desviar de bueiros, postes, sinaleiros...



... a exemplo do que ocorre na Rua Hermann Lange, no Fidélio



Localizado na Rua Botuverá, bairro Itoupavazinha, conjunto habitacional repete mazelas anteriores. Abaixo, a parte abandonada da creche Robert Rudolph Barth poderia atender até 80 crianças (Fotos:Leo Laps)

Casa desassistida

Entregue no final de 2010, condomínio Parque da Lagoa, primeiro a receber famílias de desabrigados pelo desastre de novembro de 2008, mantém o modelo de exclusão social dos mais empobrecidos

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPS <leolaps@gmail.com>

Maria de Lurdes Alves, 77 anos, é uma das milhares de vítimas do desastre que atingiu Blumenau e região em novembro de 2008. A casa onde morava, no bairro Fortaleza, foi atingida por um deslizamento de terra e interditada pela Defesa Civil. Dali até dezembro do ano passado, a pensionista viveu em um dos abrigos oferecidos pelo poder público de Blumenau às famílias flageladas do município. Foi quando recebeu as chaves de um pequeno apartamento na Rua Botuverá, na Itoupavazinha, em um condomínio de 96 unidades batizado de maneira até bucólica: Parque da Lagoa.

O primeiro condomínio entregue em Blumenau pela parceria entre Caixa Econômica Federal e prefeitura municipal, através do *Minha Casa Minha Vida*, priorizou as famílias com maior vulnerabilidade social dentre todas as flageladas – de acordo com critérios do programa habitacional do governo federal. Outros dois conjuntos de apartamentos já foram entregues em março, no Badenfurt e Passo Manso. Até o final deste mês, a Caixa pretende entregar, de acordo com o superintendente regional Elcio Lara, mais 580 unidades na cidade.

Os apartamentos não são exatamente “presentes” do poder público para essas famílias – apesar dos discursos políticos e midiáticos que afirmam o contrário. Mesmo com o subsídio do governo federal para as construções, cada imóvel deverá ser pago pelos próprios moradores em até 10 anos, com parcelas a partir de R\$ 50,99.

Além da taxa mínima, Maria de Lurdes tem pago taxas de condomínio similares às de prédios bem mais caros e muito melhor loca-



lizados: em março, desembolsou R\$ 119,45. Mas a realidade descrita pela idosa no Parque da Lagoa difere muito da vivida pela maioria dos moradores dos bairros Victor Konder, Ponta Aguda ou Vila Nova. “Aqui é pior que nos abrigos. É muito longe de tudo. Poucos ônibus, não tem sinal de celular. O pior é o lixo que se acumula e a sensação de insegurança, que é muito grande. Por várias noites não consigo dormir por causa de brigas, bebida, barulho. Como ninguém leva multa, não se respeita as regras de convivência”. Coletor de lixo reciclável, Germano Liberato Costa vive no Parque da Lagoa com a esposa, a sogra e o cunhado, e descreve o mesmo cenário: “Isto aqui é uma bagunça. Quando chega o fim de semana, vira o inferno”, relata.

Gilson Pinto, síndico do Parque da Lagoa, é aposentado. Complementa a renda familiar fazendo bicos na construção civil. Ele conta que tentou notificar alguns moradores nas primeiras semanas. Hoje, não arrisca mais. “Se pudesse, sairia hoje mesmo com minha fami-

lia daqui. Já fui ameaçado de morte por fazer meu trabalho de síndico. Se não forem tomadas providências, isso aqui vai virar uma fábrica de bandidos. Pedi ajuda ao conselho tutelar porque há muito menor sendo aliciado para o tráfico, para prostituição. Precisamos de psicólogos, policiais e assistentes sociais aqui”, desabafa o síndico. Segundo ele, a taxa de condomínio está cada vez mais cara devido à depredação e roubos: o portão eletrônico foi quebrado na primeira semana; lâmpadas de emergência e extintores de incêndio somem a todo momento.

A Secretaria de Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SEMASCRI) afirma que não pode interceder nos problemas internos do condomínio. Segundo o secretário Mario Hildebrandt, quando essas famílias viviam nos abrigos, estavam em espaços públicos e, portanto, eram de responsabilidade da prefeitura. “A SEMASCRI trabalha com os conselhos tutelares, com o serviço de proteção à mulher, coisas assim. Mas o Parque da Lagoa é privado, com um síndico que preci-

sa dar conta da administração. Agora, é com eles”, argumenta. Hildebrandt adianta que a inauguração de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na Itoupavazinha, programada para “breve”, deve aproximar os moradores do Parque da Lagoa de um trabalho de inserção social adequado.

O secretário garantiu que, durante a estada nos abrigos, foram feitas reuniões preparatórias com as famílias, explicando regras de convivência nos condomínios. Após a entrega das chaves, ficaria a cargo do *Minha Casa Minha Vida* acompanhar – através de uma empresa terceirizada – os primeiros seis meses de administração de cada condomínio. Mas os graves problemas sociais gerados pela transferência de 96 famílias com alta vulnerabilidade, das mais diferentes comunidades, também não são objeto de trabalho da Caixa Econômica Federal, segundo o superintendente Elcio Lara. “Os problemas sociais do município são do município, e existiam antes da construção dos condomínios. Fazemos uma formação para gerir os condomínios, mas o *Minha Casa Minha Vida* não prevê um acompanhamento permanente”, explica.

A Itoupavazinha, na região Norte, já era um bairro com problemas antes do Parque da Lagoa surgir. Escolas e creches lotadas, transporte coletivo escasso, criminalidade e falta de locais para o lazer da comunidade já faziam parte da realidade dos moradores. “O bairro, e toda a região Norte, está crescendo muito rápido. Mas é de forma desorganizada, sem infraestrutura de serviços públicos. Estão construindo shopping (o Blumenau Norte) e falando muito em desenvolver a cidade para cá, mas falta um olhar mais atencioso das autoridades para a região como um todo”, afirma Luiz da Silva, diretor da Escola Felipe Schmitt, que este ano recebeu 350 alunos a mais que em 2010.

Já nas creches, há uma lista de espera de 150 crianças no bairro. Colado aos fundos do Parque da Lagoa fica o Centro de Educação Infantil (CEI) Robert Rudolph Barth, que atende 30 crianças do condomínio. Em frente à creche há um bosque e, logo acima, uma área abandonada do próprio CEI. Construída em 1993 pelo Rotary Clube, o local se deteriorou rapidamente devido a problemas de infiltração não corrigidos. Hoje, o espaço que poderia oferecer quase 80 vagas para crianças do bairro serve de refúgio para o consumo de drogas. “Há muitas pessoas boas no condomínio, mas muitos tem problemas sérios de dependência química, de inserção social. A chegada desses novos moradores, sem qualquer assistência do poder público, alterou muito a vida do bairro. Hoje, as crianças da creche tem medo de andar por aqui”, afirma o diretor do CEI, Edgar Garcia da Fonseca. Já nas unidades de Saúde do bairro, a demanda também aumentou com a inauguração do condomínio. “São pessoas com muitos problemas relacionados ao conselho tutelar ou à saúde debilitada por doenças não tratadas”, conta a enfermeira coordenadora do Gilson Piva II, Neclida Teresinha Cipriano.

Escondidas no Parque da Lagoa, essas 96 famílias que perderam o muito pouco que tinham antes do desastre de 2008 seguem sem o direito a uma política habitacional inclusiva e humanitária. Se antes elas viviam em áreas de risco, periféricas e marginais, a única diferença aparente de condomínios como o da Itoupavazinha é que as encostas se transformaram em andares de prédios – geograficamente mais seguros, mas ainda socialmente excludentes.

Despindo espartilhos

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/saraueltronico) da Biblioteca da FURB <viegas@furb.br>

Quando me propus escrever um depoimento a respeito da minha experiência com a nudez social e comunidades naturistas, não pretendia tanta tergiversação sobre a nudez e a sociedade têxtil (*Expressão Universitária*, abril de 2011). Entretanto, faz-se necessário compreender que despir-se das vestes no seio de uma coletividade implica não apenas assumir e respeitar seu próprio corpo, bem como afrontar toda uma ordem discursiva que entende existir no corpo o contrário daquilo que defendia Dora Vivacqua, ou seja, que portamos partes pudendas, vergonhosas, sujas e incontrolláveis, e que por isso mesmo devem permanecer resguardadas para a intimidade. Ordem discursiva inerente aos interesses materiais e simbólicos do nosso tempo e sociedade. Tenho consciência da falta de ineditismo das reflexões que trago aqui, afinal, a discussão sobre a nudez social é antiga nas sociedades ocidentais (e há sociedades onde esta discussão sequer se faz necessária, pois jamais alijado o corpo do direito à nudez), tendo os movimentos de nudismo se organizado, na Europa por exemplo, desde o início do século XX.

Ainda assim, no Brasil, a nudez social é mal compreendida e resiste muito preconceito em relação ao tema e seus adeptos. Após o assassinato de Luz del Fuego, em 1967, o movimento naturalista começou a se dispersar, e sobraram alguns poucos adeptos do nudismo, que enfrentavam a marginalização e se entregavam à prática em praias de difícil acesso, estado agravado pela ditadura militar brasileira. Segundo narra Celso Rossi, em seu livro

Naturismo: a redescoberta do homem, foi apenas a partir da segunda metade da década de 1980 que um movimento organizado, autointitulado naturista, começou a se desenvolver a partir da Praia do Pinho, no litoral catarinense. À época a Praia do Pinho, localizada no município de Balneário Camboriú, era acessada por uma estrada de terra bastante íngreme e em péssimo estado de conservação, o que atraía os praticantes da nudez social para aquele local, já que tornava-o pouquíssimo frequentado. Após uma reportagem sensacionalista da revista *Manchete*, em 1984, a Praia do Pinho foi apresentada ao país como um local onde pessoas nuas tomavam banho de sol e mar, atraindo para lá toda sorte de curiosos e a atenção das autoridades públicas e das forças de repressão. Como resposta à invasão de curiosos e à repressão aos naturistas frequentadores do Pinho, alguns destes começaram a organizar um movimento que, em 1986, resultou na Associação Amigos da Praia do Pinho e na redação de um Código de Ética Naturista. Dois anos depois, em 1988, ainda a partir do Pinho, foi fundada a Federação Brasileira de Naturismo (FBRN). Como se vê, uma história bastante recente.

Segundo o “Guia brasileiro de naturismo”, publicado pela revista *Brasil Naturista* (2010), em nosso país são pouco mais de 20 as áreas onde a nudez social é legalmente institucionalizada e praticada, estimando-se em aproximadamente 300 mil o número de naturistas brasileiros declarados.

Foi justamente na Praia do Pinho, há poucos anos, que, acompanhado de minha esposa, passei a experimentar a nudez social. Experi-

ência e vivência que pretendo brevemente discutir agora.

Considerando o fato de vivermos inseridos em uma sociedade profundamente hedonista, onde o culto a um corpo “perfeito”, padronizado nos discursos da moda, da mídia e da medicina estética, leva uma imensa quantidade de pessoas às academias de ginástica, mesas de cirurgia e aos balcões das lojas de suprimentos alimentares e inibidores de apetite, o imaginário

O imaginário a respeito da geografação do corpo muitas vezes potencializa nossas neuroses e nosso medo da nudez. Além de toda a ordem discursiva que procura cercar nosso direito à nudez, tememos nos despir por nos acharmos feios e disformes

a respeito da geografação do nosso corpo muitas vezes potencializa nossas neuroses e nosso medo da nudez. Ou seja, além de toda a ordem discursiva que procura cercar nosso direito à nudez, tememos também nos despir por nos acharmos feios e disformes. Que nossa nudez agredirá o olhar do outro não apenas pela nudez em si mesma, mas porque nosso corpo nú, em particular, não condiz com uma norma estética, arbitrariamente idealizada, mas que muitas vezes reconhecemos como socialmente legítima. Internalizamos a crença de que estar fora desta idealização agride não apenas ao olhar que busca o “belo” em meu corpo, mas que permite ao outro me julgar não apenas como feio, mas também como um desleixado, por ter permitido que a indisciplina moldasse minhas carnes, ou, e ainda pior, como um fracassado, já que não perseverei no “cuidado de mim”. Assim, despir-se das vestes em público significa ato não apenas de ruptura com uma moral que encontra em nossos corpos partes pudendas, naturalmente obscenas, e por isso necessárias de serem encobertas, mas também ato de assunção do próprio corpo enquanto estrutura integral e natural, apesar de todas as interferências culturais que sobre si recaem. Conviver socialmente com o corpo completamente descoberto significa, também, compreender uma mudança de valoração social. Enquanto sujeitos múltiplos, continuaremos representando papéis, ainda que nós; porém, o fetiche que a sociedade têxtil imprime sobre nossos corpos através da indumentária e do jogo de esconder e revelar que esta estimula, na prática da nudez social dá lugar a outro nível de valoração, que considera o sujeito naquilo que este diz e na maneira como age no interior do grupo. Persistem com a prática da nudez social – não sejam românticos – camadas de preconceito para consigo e para com o outro; entretanto, a primeira camada de julgamento social que temos quando avistamos alguém trajado com sua fantasia no seio de

como a respeito de nós mesmos; ou seja, a nudez social estimula a alteridade.

Sabemos, portanto, do quão transgressor pode se caracterizar o gesto de tirar a roupa e conviver socialmente sem esta. Insisto lembrar que o caráter transgressor da nudez está relacionado com o contexto social em que se insere, em nosso caso, a sociedade têxtil. A transgressão e ousadia do ato parece ainda maior quando se trata de corpos que a sociedade classificou como “defeituosos ou deficientes”. Ou seja, que por alguma característica que manifesta, afasta-se da imagem que temos de um corpo normal, construída em nosso imaginário. Digo isso de experiência própria, já que carrego em meu corpo as marcas de uma doença neuromuscular que me atrofiou os membros inferiores e superiores, e me provocou “deformidades”. Então, além da necessidade de se desconstruir todo discurso moralista, higiênico e jurídico que recai sobre a nudez social, a pessoa, cujo corpo se apresenta marcado por “deformidades”, necessita desconstruir o estigma que internalizou a partir de uma série de discursos limitadores e deformadores do portador de direitos especiais. Ao dizer isto, ocorre-me o caso de Emma Müller, filha do naturalista alemão Fritz Müller (1822-1897), radicado em Blumenau a partir de 1852. Emma possuía uma doença que lhe afetou o desenvolvimento físico e mental, e era, por este motivo, afastada do convívio social. Este caso chama ainda mais atenção quando sabemos que Fritz Müller, renomado cientista, foi um dos principais defensores da teoria evolucionista desenvolvida por Darwin. Temos consciência que situações de afastamento social, como no caso de Emma, não eram exceções, mas regra, no século XIX; e que apesar de todos os avanços jurídicos e de todas as mudanças culturais que presenciamos em nosso país naquilo que se refere aos direitos e às condições das pessoas portadoras de direitos especiais, ainda agora, em pleno século XXI, aquele

que carrega no corpo os estigmas de uma doença ou trauma físico precisa lutar não apenas contra o preconceito social, mas principalmente contra os estigmas que internalizou e assumiu como reais. Se Malcom X ensinou às mulheres negras estadunidenses a se olharem no espelho e se reconhecerem enquanto belas, da mesma forma, cada sujeito, independente de suas “marcas pessoais”, deve aprender o mesmo.



Artes: Daiana Schwartz. O segundo corpo. Acrílica s/ revista

que carrega no corpo os estigmas de uma doença ou trauma físico precisa lutar não apenas contra o preconceito social, mas principalmente contra os estigmas que internalizou e assumiu como reais. Se Malcom X ensinou às mulheres negras estadunidenses a se olharem no espelho e se reconhecerem enquanto belas, da mesma forma, cada sujeito, independente de suas “marcas pessoais”, deve aprender o mesmo.

Quando despídos das vestes que nos imprimem uma ortopedia social, percebemos que o verdadeiro “Frankenstein” é aquele que obedece a todas as medidas, e que não pode, portanto, ser humano

Peço desculpas ao leitor se me estendi em demasia para dizer o que parece óbvio, mas ao pensar a respeito da minha experiência particular com a prática da nudez social, primeiramente na Praia do Pinho (um balneário predominantemente turístico), e posteriormente na Colina do Sol (uma comunidade naturista), necessitei compreender as razões das dificuldades do ato de me despir, ainda que muito o desejasse; e percebi que tais razões perpassam toda uma teia que imbrica discursos e estratégias que se configuram no político e no pessoal, e que contribuíram na minha subjetivação. Ao compreender isto, percebi então a dimensão libertadora da nudez social. Libertadora porque contribui, primeiramente, para um processo de reconhecimento e aceitação pessoal, o que alterou estruturas internas, psicológicas.

Ao me aceitar com todas as marcas que me constituem e me apresentam aos olhos do outro, nego a este outro o direito de me envergonhar, porque não há corpo que não carregue sua parcela de “graça” e “desgraça”. Quando despídos dos espartilhos contemporâneos, das vestes que nos imprimem uma ortopedia social, percebemos que não há liberdade na idealização, que o verdadeiro “Frankenstein” é aquele que obedece a todas as medidas, e que não pode, portanto, ser humano, ainda que tocado pela civilização. Só há “graça” na diferença, pois apenas a diferença pode oportunizar a conciliação, o congoçamento.

Assim, ao despir-me, reconheci a “graça” em mim, o “cuidado de si” não para atender às necessidades estéticas do outro, mas para a minha conciliação comigo mesmo, em um processo de reconhecimento da minha integralidade.

Agora, ao finalizar estas linhas, recordo-me de uma situação que talvez possa sintetizar o que procurei compartilhar aqui. Há algum tempo, quando conversando com amigos a respeito da prática social da nudez, expliquei que em minha residência, na maior parte do tempo, não vestia qualquer tipo de roupa, e quando acaso aparecia alguma visita, era assim, nú, que a recebia. Neste momento um amigo interpelou-me, argumentando que tal prática não era adequada, já que eu deveria respeitar minhas visitas. Penso que foi justamente esta fala deste amigo que me levou a escrever estas linhas. Tal qual Dora Vivacqua, também não posso conceber que o corpo humano tenha partes indecentes que se precisem esconder. Nasci nú, e nú fui primeiramente reconhecido. Desrespeito seria, portanto, aceitar que algo em meu corpo é, em essência, imoral ou indigno. Afinal, neste caso, a depravação não está na carne que se mostra, mas no olhar que julga.

Entre o passado e o presente: o Arquivo Histórico de Blumenau

POR MARTIN KREUZ, historiador e secretário do SINSEPES <meu_nomemk@yahoo.com.br>

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. [...] Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.

Walter Benjamin, Teses sobre o conceito da História

Blumenau lida de forma esquizofrênica com sua História: de um lado, a celebração ritualizada de uma narrativa histórica de fundação e desenvolvimento da cidade, privilegiando determinados aspectos alusivos à germanidade e tornando invisíveis outras culturas e formas de experiência; de outro, o descaso e abandono dos espaços e mecanismos de produção, armazenamento e divulgação da cultura histórica local.

Por isso, chega em boa hora o anúncio da aprovação, pelo Ministério da Cultura, do projeto de construção de um novo espaço para o Arquivo Histórico Municipal. Inscrito pela Lei Rouanet, visa captar recursos de empresas da localidade, que seriam beneficiadas com a renúncia fiscal do governo federal, na modalidade conhecida como mecenato – o que demonstra o descompromisso do poder público municipal com a instituição histórica, pois a responsabilidade dos recursos necessários para a nova edificação é repassada à iniciativa privada, e desobriga o Executivo a buscar soluções públicas para um organismo que precisa ser público, pois que é o responsável pela tarefa de armazenar e possibilitar o acesso a fontes sobre todos os agentes históricos.

Uma das principais justificativas para o novo local é a incapacidade do atual espaço em armazenar e colocar à disposição dos pesquisadores toda a documentação detida pela instituição. Quem conhece as suas instalações sabe que estas não oferecem as mínimas condições de guarda de todo o acervo do Arquivo Histórico. Os atendentes precisam espremer-se por entre estantes abarrotadas e os pesquisadores muitas vezes tem de improvisar seu espaço de trabalho. Além disso, a estrutura não oferece condições de acessibilidade a idosos e deficientes físicos.

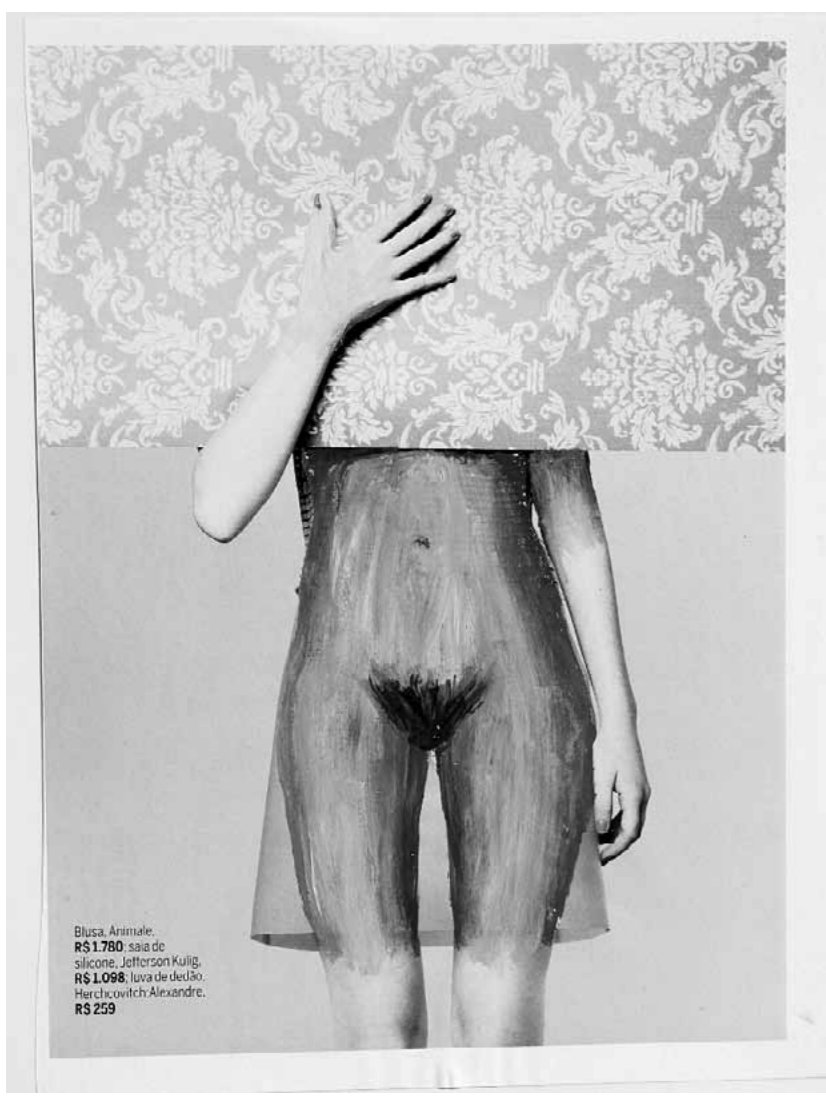
A principal crítica até agora dirigida por alguns personagens da cidade ao projeto baseia-se em seu desenho arquitetônico, de estilo modernista. Os argumentos detêm-se no fato de não ser um desenho alusivo à germanidade – à semelhança das edificações dos Correios e da AMPE, ambos em estilo enxaimeloso¹ – e, portanto, destoar da tradição local. Mais que uma questão estética ou de gosto pessoal, a ideia que embasa estes argumentos possui impli-

cações políticas significativas a respeito da construção da história local, e por isso precisam ser problematizados.

A técnica enxaimel é atualmente reconhecida como o estilo arquitetônico típico da cidade, porque herança dos colonizadores de origem germânica que aqui aportaram. Assim, é facilmente perceptível a problemática em se construir um Arquivo Histórico – o lugar privilegiado de armazenamento das fontes históricas e, por isso, o ator central no processo de construção da História – com referências a uma identidade: afirma-se tacitamente o lugar privilegiado desta identidade na história daquela localidade. Um Arquivo Histórico em enxaimel simboliza que os atores referenciados pela arquitetura são “os que importam” conhecer e lembrar na cidade. Os que não se inserem nessa identidade teriam, então, um estatuto de importância secundária.

Ademais, como historiadores, nossa primeira tarefa é lembrar continuamente que a História é sinônimo de transformação: “Voltar para trás é que é impossível. O meu relógio anda sempre para a frente. A História também”, nas palavras de Oswald de Andrade em *Serafim Ponte Grande*. Mas como poderíamos cumprir adequadamente essa exigência, se nosso Arquivo Histórico simbolizasse justamente a tentativa de imobilizar um passado já passado? Por isso, tornam-se ainda mais importantes as palavras proferidas pela diretora do Arquivo Histórico-Museológico de Blumenau, Sueli Petry, na Câmara de Vereadores da cidade quando da apresentação do projeto, no dia 15 de março: “O projeto causa impacto pela modernidade, é um prédio contemporâneo e foge daquilo que se vem produzindo. A História não para, é dinâmica, e nossa arquitetura deve estar neste contexto”.

—
¹Ao denominado “verdadeiro enxaimel” opõe-se costumeiramente o “falso enxaimel”, “enxaimeloso” ou “enxaimelóide”. A distinção básica é o primeiro ser uma técnica de construção com o trajecamento de madeiras e o preenchimento com tijolos; já o segundo, é caracterizado pela pregação de tábuas na fachada, em uma imitação daquela técnica. O assunto foi matéria no Jornal de Santa Catarina em 23 de julho de 2010.



Blanca, Anemelle
R\$ 1.780, saia de
silicone, Jefferson Kulig,
R\$ 1.098, luva de dupla
fletida, qualtr Alexandre,
R\$ 259

Até quando o debate sobre a segurança pública se restringirá ao aumento do efetivo policial?



"NOS EUA, PARA CADA PESSOA QUE A POLÍCIA MATA, SÃO REALIZADAS 37.751 PRISÕES. EM SÃO PAULO, APENAS 348. NO RIO, MÍSERAS 23" (ESTADÃO, 08/12/2009)

HOMICÍDIOS SÃO A PRINCIPAL CAUSA DE MORTES DE INDIVÍDUOS ENTRE 15 E 44 ANOS. HÁ ENTRE 45 MIL E 50 MIL HOMICÍDIOS COMETIDOS POR ANO NO BRASIL. AS VÍTIMAS SÃO EM GRANDE MAIORIA JOVENS, DO SEXO MASCULINO, NEGROS E POBRES

(RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2007)

EM 20 ANOS, A POPULAÇÃO CARCERÁRIA AUMENTOU 450%

NO PAÍS. EM 1990, O BRASIL POSSUIA 90 MIL PRESOS; EM OUTUBRO DE 2010, 498.500 PRESOS DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)

QUANTO MAIS ATIVA É A POLÍCIA, MAIOR É O NÚMERO DE PESSOAS QUE MORREM EM SUAS MÃOS

(RELATÓRIO A ATUAÇÃO POLICIAL NAS COMUNIDADES SOCIALMENTE EXCLUÍDAS - 2005 DA ANISTIA INTERNACIONAL)

O BRASIL É O PAÍS COM A OITAVA MAIOR POPULAÇÃO CARCERÁRIA POR HABITANTE

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)

O modelo tradicional de polícia repressiva, que não presta contas aos contribuintes cidadãos nem se livra dos mecanismos perversos que a faz privilegiar o pobre como alvo de sua investigação e castigo, mas que também não investe na investigação e na eficiência na resolução dos crimes que mais afetam a população pobre, arrastamo-nos para um poço cada vez mais fundo da violência societária e institucional irremediavelmente atreladas. Só depois de desfeito este nó pode-se pensar numa polícia comunitária que sirva a uma população local e preste conta de seus atos para ela.

Alba Zaluar, professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas e professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Pesquisas das Violências (NUPEVI). Citação do livro Desarmamento, segurança e cultura da paz (Fundação Konrad Adenauer)

A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência está hoje bastante contestada em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras, na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão melhor atendido por infra-estrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura.

Sérgio Adorno, professor na USP e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência, no artigo Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea (Jornal de Psicologia-PSI)

"VOCÊ NÃO PODE TER SOMENTE ELEMENTOS DE CONTROLE E ELEMENTOS REPRESSIVOS. A SEGURANÇA PÚBLICA DEVE SER COMPOSTA TAMBÉM PELA SEGURANÇA CIDADÃ, QUE ENGOBA ASPECTOS LIGADOS AO DESENVOLVIMENTO"

PÉRICLES GASPARINI, DIRETOR DO CENTRO REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PAZ, O DESARMAMENTO E O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE